



Questão 1) Analise a trajetória do ensino de sociologia na educação básica no Brasil, tendo como eixo de abordagem o impacto das reformas educacionais que acabam por colocar e/ou retirar a disciplina sociologia dos currículos.

A autora, e pesquisadora da área de ensino de sociologia, Ilizi Fiorelli Silva ao tratar da história da disciplina em um livro coletânea organizado pelo MEC em 2010 - Coleção explorando o ensino - traz à tona cinco momentos de presença (ausência) da sociologia na escola. A saber: 1º) 1891-1925; 2º) 1925-1930; 3º) 1931-1941; 4º) 1942-1981; e 5º) 1980-2010.

Ilizi aponta que o primeiro momento (1891-1925) é caracterizado pelos debates de pré-inscrição da disciplina nas escolas, um discurso influenciado pela ótica positivista. Tanto é que neste momento se insere a disciplina nas escolas militares ~~mas~~ sob a alcunha de "Sociologia Moral". Existe uma legislação que impulsiona a inscrição disciplinar neste período, trata-se da Reforma Benjamin Constant (1891) que nunca chegou a ser aplicada, e que por isto a sociologia só figura nesta experiência pontual nas escolas militares.

Ainda neste primeiro período a sociologia é retirada dos currículos pela Reforma Epitácio Pessoa (1901). Depois de vinte e quatro anos é que a sociologia é incluída novamente no ensino secundário, e isto acontece através da Reforma Rocha Vozy (1925). Este segundo momento é marcado pelo embate entre conhecimento científico e religioso que influencia na maneira de ensinar sociologia nas escolas.

No terceiro momento (1931-1941) começam a ser fundados no Brasil os cursos de Ciências Sociais no nível universitário, o que tinha antes era uma prática escolar da "sociologia autodidata" visto que não havia



professores formados na área ministrando a disciplina nas escolas. A sociologia é então neste período, consolidada nas escolas através da Reforma Francisco Campos (1931) e permanece até 1942 quando outra Reforma educacional a retira da maioria dos cursos secundários.

Em 1942 há uma inflexão do Ensino de sociologia, a Reforma Capanema deixa a sociologia somente presente nos cursos ~~de~~ secundários de formação de professores. Os atos do período da Ditadura Civil-Militar a partir de 1964, especialmente com a Reforma Educacional Tobias Barreto em 1971, retiram a sociologia do currículo inclusive nas escolas normais trazendo as disciplinas de OSPB, Educação Moral e cívica e Ensino Religioso como obrigatórias.

A sociologia só volta a figurar nos currículos escolares a partir do período de redemocratização na década de 1980, quando por intermédio de lutas travadas nos estados por integrantes da comunidade disciplinar, a sociologia vai conseguindo inserção nos currículos estaduais, até que em 2008 a lei federal 11.684 insere a disciplina à nível federal nas três séries do Ensino Médio.

É importante adotar, que neste período (1980-2010) houve intensa mobilização especialmente ~~da~~ da comunidade disciplinar (licenciandos, professores do nível básico e universitários) trazendo a possibilidade da inserção da disciplina nos documentos e legislações oficiais, inclusive a disciplina é citada na LDB de 1996 como conhecimento necessário, ainda que não se configure na grade obrigatória.

O contexto atual que estamos vivenciando traz a incerteza em relação à permanência da sociologia nas escolas, isto acontece por conta da



nova Reforma educacional aprovada, a chamada "Reforma do ensino médio", que foi colocada via Medida Provisória em Setembro de 2016.

No texto da atual reforma, a disciplina sociologia figura como "estudos e práticas" necessários no Ensino Médio, no entanto sem mencionar a obrigatoriedade de disciplinas. Tal fato, somado-se ao como a reforma atual é prevista por eixos formativos por áreas de conhecimento e sem prever a obrigatoriedade da matéria das disciplinas, pode trazer novamente um lugar marginal para a disciplina no ensino básico.

Sobre a intermitência, esse processo de idas e vindas, da sociologia no ensino básico, podemos traçar algumas consequências. As discontinuidades influenciam no lugar ocupado pela disciplina na escola, e também no tratamento dado aos estudos relativos ao ensino da disciplina nas universidades.

A sociologia ainda ocupa um lugar "à margem", com menos carga horária nas escolas, e com certa "desvalorização" dos estudos relativos à disciplina escolas nos cursos de Ciências Sociais. Isto acontece também por conta da sua posição nos currículos, ela fica à mercê das Reformas Educacionais, que trazem instabilidade na permanência da disciplina nos currículos escolares.

Questão 2) A chamada "força da lei" parece configurar quando consideramos a trajetória da disciplina sociologia no ensino Básico. A legislação n° 11.684/2008, que inseriu a disciplina como obrigatória, trouxe novas possibilidades de inserção da Sociologia através de políticas públicas em diferentes áreas educacionais. Na área curricular pode-



mas destaca a inserção da sociologia na Base Comum Curricular, ainda que não tenhamos a conclusão deste processo a disciplina foi incluída inicialmente. O crescente número de vagas de licenciatura em Ciências Sociais / Sociologia também é uma importante política pública empreendida para a formação de professores, somando as experiências dos PIBID's de Ciências Sociais / Sociologia que contribuem para esta formação inicial.

Há também as experiências de formação continuada de professores, com os cursos de especialização e mestrado profissional (recém criado) em ensino de sociologia. Por fim, ~~se~~ merece destaque a inserção da disciplina no maior programa público de distribuição de livros - O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD).

O PNLD é uma política pública de longo alcance, pois contempla todas as escolas públicas do Brasil, promovida pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Segundo informações de Diego Tourinho em um artigo publicado em 2017, em que analisa os impactos do PNLD de sociologia, no ano de 2015 foram distribuídos via PNLD 7 milhões e 500 exemplares de livros da disciplina, isto demonstra o quanto há uma dimensão gigantesca nesta distribuição.

A disciplina sociologia participou até o momento de três edições do PNLD, a saber: 2012, 2015 e 2018. O Ministério da Educação (MEC) coordena a seleção de livros, que é feita ~~atras~~ com a participação de especialistas de cada área disciplinar - professores das universidades e da edu-



cação ~~lúdica~~, por intermédio de um edital de acesso público com os critérios de avaliação dos livros didáticos. Os livros são submetidos pelas editoras para análise, após este momento são divulgados os pareceres e os livros que foram aprovados na seleção, estes poderão ser escolhidos pelos professores das escolas em um processo ~~sem~~ <sup>com</sup> ata promovido pelas Secretarias Estaduais, os livros serão usados pelos alunos e professores durante três anos.

No caso da <sup>Carta</sup> Sociologia, houve uma <sup>Carta</sup> crescente no número de livros submetidos e aprovados. Tivemos dois livros aprovados no triênio 2012-2014, ampliamos para seis em 2015-2017, e agora no PNLD 2018-2020 figuram cinco livros aprovados pelos avaliadores.

Os professores das escolas se devem ter acesso aos livros pelo "Guia do livro didático" de cada disciplina, que contém os pareceres elaborados pelos especialistas. No entanto, tal programa, devido a sua dimensão, é tão lucrativo para as editoras que elas acessem os professores e fazem propagandas de seus livros, antes mesmo que o Guia chegue às escolas.

O PNLD trouxe contribuições significativas para a inserção da disciplina Sociologia nas escolas, pois trouxe legitimidade a partir de um instrumento pedagógico importante. Para além disto, o material que tem sua qualidade pedagógica e disciplinares medida, traz a possibilidade de ampliação da dita "imaginação sociológica" para além dos espaços e tempos de aula de Sociologia, visto que

ele pode ser acusado pelo(a) estudante em outros espaços. A distribuição de larga escala do material didático certamente também contribuiu para a popularização da ciência sociológica.

É necessário também apontar os limites de tal política educacional. Os livros didáticos de sociologia aprovados ainda não conseguem se "conectar" tão bem aos jovens brasileiros das escolas públicas. E isto acontece porque a linguagem muitas vezes não é adequada, as expressões desconhecidas pela maioria; e também porque não estão previstas atividades mais interativas, dinâmicas e que usem as novas tecnologias. Isto acaba por não atingir tanto o jovem para o uso do livro.

Há que se considerar, no entanto, no "peso" do livro didático exerce ainda nos currículos e na maneira como se apresenta a sociologia escolar. O livro delimita o como a disciplina vai estar presente dentro e fora da sala de aula, sendo um formulador do que, e de como o conhecimento disciplinar será repassado aos estudantes, e como eles poderão acessá-lo.

Questão 3) É necessário estabelecer em primeiro lugar o que vamos tratar aqui como sendo currículo de sociologia. Autores da área educacional tem diferentes abordagens sobre o que é currículo, e acabam alguns deles exprimindo pela concepção de "currículo prático" - aquele que está disposto na sala de aula. Aqui, no entanto, por se tratar de uma reflexão sobre políticas

públicas educacionais, sendo assim com alguma regulamentação prevista, consideraremos como currículos aqueles propostos em documentos oficiais.

Dado isto, temos que considerar ainda dois tipos de currículos de sociologia na educação básica: os formulados nacionalmente e as propostas curriculares estaduais. Tal distribuição se deve ao fato como o Brasil organiza a educação: os documentos elaborados na esfera federal, no caso do ensino básico, são ainda reinterpretados pelos estados (ensino Médio) e pelos municípios (ensino Fundamental), pois estes são os entes federados responsáveis por cada um desses níveis de ensino, segundo as legislações vigentes.

Ao considerar o período de reinserção gradativa da disciplina nas escolas, acontecida a partir da década de 1980, podemos analisar os documentos nacionais formulados elencando algumas similaridades que os permeiam e algumas divergências também.

São documentos curriculares a nível federal, desta época: Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's - 1997) e ~~seu~~ seu aperfeiçoamento - os PCN's + - 1999; As Orientações Curriculares para o Ensino Médio (OCEM - 2006); e a Base Nacional Curricular Comum (BNCC - 1ª versão - 2015). Consideramos aqui somente os documentos que trazem explicitamente a disciplina Sociologia.

Apesar de bem distintos em suas concepções educacionais, podemos encontrar similaridades quando consideramos as diretrizes metodológicas de ensino de sociologia no nível básico. É necessário pensar nos conjunturas políticas em que

tais documentos foram elaborados para entender tais experiências.

Os PCN's e PCN's+ foram elaborados sob influência dos organismos internacionais na educação brasileira. O Banco Mundial e a Unesco preservam muitas políticas na área educacional. Sendo assim a sociologia aparece neste documento como transversal, deve ter seus conhecimentos instrumentalizados - através de competências e habilidades - por outras disciplinas da grade. A ~~o~~ intenção é formar estudantes ~~em~~ instrumentalizados para o mundo do trabalho, em que a reflexão crítica fique em segundo plano.

As OCEM - sociologia em 2006, tem a atração de pesquisadores da área de ensino de sociologia como formuladores. Talvez por este motivo este documento tenha um cunho tão político ligado a afirmação da disciplina nas escolas. Ele não fez a primazia por uma lista de conteúdos e sim por elencar pressupostos metodológicos da disciplina escolar, sendo os principais: 1) a divisão da sociologia escolar em temas, conceitos e teorias; 2) o incentivo à "imaginação sociológica" como mote do ensino de sociologia a nível básico; 3) os pressupostos epistemológicos da disciplina: desnaturalização e estranhamento; 4) Foco da sociologia escolar na pesquisa social.

Por pressão da comunidade epistêmica/disciplinária a partir da publicação das OCEM a luta se intensificou pela inserção da disciplina efetivamente nas escolas. Já tínhamos um documento oficial com a afirmação da necessidade da disciplina e seus preceitos básicos, não



importante como não inserir nacionalmente a disciplina.

A partir da configuração da OCEN com a presença da comunidade disciplinar / epistêmica, a BNCC teve que levar em consideração esta participação, mesmo inicialmente desconsiderando a comunidade científica (comissão de ensino de sociologia da SPS) ela foi depois inserida. Os discursos iniciais em torno da BNCC consideraram os pressupostos metodológicos elencados pelas OCEN, mas eles estão travestidos com o nome de objetivos de aprendizagem, onde os conceitos, temas e teorias sociológicos aparecem.

A primazia pela "imaginação sociológica", pela ~~des~~ "desnaturalização" e "estranhamento" e pela "pesquisa social" continuam a aparecer na primeira versão da BNCC, tal qual nas OCEN. A grande diferença é que na Base, os conteúdos sociológicos aparecem através de listas com os chamados objetivos de aprendizagem.

Tomando estes documentos nacionais como foco de análise podemos apontar algumas congruências. A primeira delas que diz respeito também aos PCN's e PCN's+ é a ~~disciplina~~ disciplina sociologia ser constituída pelas três áreas das Ciências Sociais: Sociologia, Antropologia e Ciência Política. As demais similaridades dizem respeito a atuação das comunidades disciplinares / epistêmicas nas ~~o~~ formulações das OCEN e BNCC, que impactaram na formulação e manutenção dos pressupostos epistemológicos da sociologia isolada, além da atuação



pela criação e manutenção da disciplina, na políticas públicas oficiais, na escola. Sobre as diferenças ou divergências destes documentos, pensamos ser as concepções educacionais diferentes, uma concepção é instrumentalizadora (competências / habilidades) - a dos PCN's - as demais tentam primar pela reflexão, pluralidade teórica e análise crítica por parte dos educandos. Ainda que a BNCC se apoie ~~em~~ em uma concepção metodológica de objetivos de aprendizagem, um pouco instrumental, a sociologia se organiza através desses princípios epistemológicos elencados.

A diversidade das propostas ~~de~~ curriculares estaduais, temos ~~de~~ vinte sete propostas (26 estados e o distrito federal) não nos permite tratar aqui sobre as concepções de ensino de sociologia em cada uma. No entanto, há similaridades também nestas que devem ser consideradas, as principais ligadas a primazia pelos temas, conceitos e teorias, e também pelos princípios de desnaturalização e estranhamento como focos da sociologia escolar.

As diferenças encontradas nestas propostas estaduais são baseadas em como a sociologia foi inserida em cada um dos estados. O pesquisador Gustavo Gravo em sua dissertação defendida em 2015 aponta participação da comunidade disciplinar (epistêmica em quase todos os estados. Naquelas em que há mais atuação desta comunidade há também a participação desta na formulação de currículos, o que acaba contribuindo para a ~~divulgação~~ divulgação destes pressupostos da sociologia escolar.